

## O caso do Bairro da Bananeira

Khalil A. B. Nogueira

A área onde se localiza a favela da Bananeira é dos espaços de ocupação mais antigos da cidade de Itabuna, sendo percebida a presença humana desde a segunda metade do século XIX. A favela presente nesta área está localizada às margens do Rio Cachoeira onde anteriormente existia a estrada de tropeiros que ligava o arraial de Tabocas a Ferradas.

O processo de ocupação do espaço onde atualmente localiza-se a Bananeira surgiu das necessidades criadas no transporte do cacau. As tropas necessitavam de local seguro para o descanso dos tropeiros e de seus muares. Desta forma as margens do rio Cachoeira desde muito cedo teve em sua margem direita a presença de construções que atendessem as necessidades da lavoura. Desta forma bodegas, estrebarias e armazéns se espalhavam no arruado que acompanhava o curso do rio até próximo da Burundanga.

As terras da área, hoje pertencentes à Elzo Pinho, inicialmente foram do coronel Tertuliano Guedes de Pinho e existia ali uma rancharia para pouso dos tropeiros, os quais levavam cacau para o porto de Ilhéus.

Os projetos de urbanização da área, onde se localiza a favela da Bananeira, nos remete a 1948, quando o então prefeito Ubaldino de Ciqueira Brandão abriu um crédito de Cr\$ 50.000,00 cruzeiros para auxílio à construção do Campo de Pouso do Aeroclube de Itabuna, o auxílio foi concedido em cinco prestações de Cr\$ 10.000,00 cruzeiros (Jornal Oficial de 11 de dezembro de 1948). A área onde se localiza a favela foi desapropriada em 1950 pelo decreto Lei 717, onde constava que era declarada de utilidade pública e desapropriada para a construção do aeroporto de Itabuna, a área de terra pertencente respectivamente aos Srs. Tertuliano Guedes de Pinho e Golias Faislon.

Outra área seria desapropriada em 1957, pelo prefeito Francisco Ferreira da Silva, agora pela Lei nº 311 de 14 de novembro de 1957. As duas áreas eram de propriedade do espólio do Dr. Almiro Vinhais e Odilon Taveira, situado na Burundanga entre a rodovia Itabuna - Ferradas e o Rio Cachoeira medindo respectivamente 20 hectares, 52 ares e 65 centiares; 7 hectares, 54 ares e 56 centiares, necessárias a ampliação do aeroporto Tertuliano Guedes de Pinho.

Em 1963 o prefeito Félix de Almeida Mendonça desapropriou outra área de Propriedade de João Mangabinha Filho, o mercado e inclusive o terreno no local onde funcionava a feira livre no Bairro da Mangabinha entre as seguintes ruas oficiais: Avenida Getúlio Vargas, Rio Bahia, Nossa Senhora das Graças e Travessa Rio - Bahia. Para atender às despesas decorrentes da presente Lei, o executivo se utilizou do recurso previsto pelo código 62/8.81.4 do orçamento de 64 (Jornal Oficial nº 1631 de 29 de dezembro de 1963).

No decorrer das décadas de 1960 e 1970 os primeiros sinais de intensificação da ocupação dos espaços ociosos entre o aeroporto e o rio Cachoeira passariam a ser notados, sobretudo na década de 1980, especificamente no ano de 1989 o qual marca o período em que a crise econômica regional é aprofundada com o ataque da doença conhecida como Vassoura de Bruxa.

Desde a época dos coronéis Tertuliano Guedes de Pinho e Henrique Alves, nunca houve grandes investimentos sociais na área, ao longo dos anos, os habitantes do Bairro têm sido afetados drasticamente pelas enchentes do rio Cachoeira.

Com a abertura de estradas mais modernas e a construção e ampliação da Avenida José Soares Pinheiro, a antiga estrada de tropeiros perde importância, as casas comerciais são transferidas para outras localidades, permanecendo apenas no arruado poucas casas de morada. Com a construção do campo de pouso Tertuliano Guedes de Pinho, a Rua da Bananeira ou Bairro da Bananeira é isolada do Bairro Lomanto Júnior, desta forma o espaço para a construção de casas fica ainda mais limitado.

A área onde se localiza a favela limita-se entre o curso do rio Cachoeira em sua margem direita e o aeroporto, atualmente desativado para pousos e decolagens de aeronaves, assim sendo a favela encontra-se espremida em uma faixa estreita de terra invadida desde a década de 60.

### **As Condições de Moradia e o Acesso aos Equipamentos Urbanos**

A opção da casa própria representa não só a eliminação de gastos com aluguel, mas também a formação de um patrimônio, cuja valorização será dependente das conquistas e melhorias dos locais em que se localize (Bonduki e Rolnik, 1979, pp.138-44; Lima, 1980, pp. 89-90; Santos, 1980, p. 37). A busca pela casa própria pode ser

explicada como uma opção de segurança frente a instabilidade do emprego, frente as crises da vida que comumente passa essa parcela da população.

As moradias da Bananeira em sua maioria são feitas utilizando-se madeira para a armação e feitura das paredes, os barracos são cobertos com Eternit, Zinco ou lona e madeira. Desta forma podemos inferir que a favela pode ser entendida como uma “solução” e não um problema, salientando sua funcionalidade.

A escolha do local e do material para a construção das habitações pelos moradores levou em conta aspectos tais como: os custos para realização da obra em detrimento de fatores como salubridade ou mesmo as condições físicas da moradia; outro fator considerado pelos moradores foi à proximidade com o centro da cidade, fator que reduz os custos com transporte; e o não pagamento de aluguel (Parisse, 1970, pp. 78-81; Perlman, 1977, pp. 36-37).

A moradia na favela portanto, é por força dessa própria condição, mais barata, de vêz que dela se exclui o preço do terreno: compra-se, aluga-se ou vende-se apenas a benfeitoria (Souto de Oliveira, 1980, p. 165). Outras características ligadas à moradia na favela que costumam ser interpretadas como vantagens econômicas seriam a: possibilidade de um crescimento vertical das unidades e o conseqüente aluguel de cômodos; a isenção de impostos, taxas e licenças que oneram os custos da habitação em outras áreas; e o sistema de mutirão que reduz os custos que adviriam de uma eventual contratação de mão-de-obra (Souto de Oliveira, 1980 p. 166).

Do universo pesquisado na Bananeira, foi constatado que 26,2% das casas são feitas de blocos e que 73,6% são feitas de madeira, destas 73,9% possuem sala, 75,5% possuem quartos, 72,3 possuem cozinha e que 35,1% não possuem banheiros sendo que 23,9% das casas visitadas possuem um único vão. A maioria das residências, não dispõe de piso cerâmico ou mesmo de cimento vermelho, sendo constituída sua estrutura de terra batida.

Vale ressaltar que 73,6% das moradias utilizarem madeiras como principal material para construção e apresentarem um grau elevado de precariedade, instabilidade e aparentar não ser um assentamento consolidado, os aspectos demonstrados estão associados a fatores culturais ou de disponibilidade do material que era abundante e de preços mais baixos que os de bloco cerâmico na região. A construção com a utilização da madeira na Região Cacaueira é frequente e disseminada na maioria das cidades, o

que vem a demonstrar o nível de pobreza e degradação ambiental destes municípios os quais mais aparentam ser favelas que cidades.

Na população pesquisada 86.6% possuem casa própria, 9.6% moram de aluguel e 3,2% moram com parentes ou em casas cedidas. Para tanto, processo utilizado no processo de construção das moradias foi o de autoconstrução, que é o processo no qual o proprietário constrói sua casa sozinho ou auxiliado por amigos e familiares em seu horário de folga do trabalho remunerado (Maricato, 1976, p.10).

### **O perfil Socioeconômico dos Moradores**

Os levantamentos realizados detectaram que nas residências chefiadas por homens 31,5 recebiam menos que um salário mínimo e nas chefiadas por mulheres este número chega a 65,3% a viverem com menos de um mínimo, desta forma as famílias chefiadas por homens que recebem até um mínimo é de 49,1% e as chefiadas por mulheres é de 32,3%, somente 8,4% entre os homens e 2,3% das mulheres recebiam de um a dois salários mínimos.

Os levantamentos detectaram que 22,4% dos homens e 24,6% são analfabetos, sendo que 51,7% dos homens e 41,53% das mulheres possuem o 1º grau incompleto e 8,6% dos moradores do sexo masculino possuem o 1º grau completo contra um universo feminino de 13,8%. Dos que alcançaram o 2º grau, mas não o completaram 10,34% são homens e 10,76% são mulheres, a parcela dos que conseguiram completar o 2º é composta por 6,8% de homens e 7,7% de mulheres.

Na favela, foram detectados dois indivíduos que frequentam cursos Universitários, duas alunas do curso de pedagogia que não tinham concluído seus estudos que figuram como 1,53% do universo feminino pesquisado na favela.

As atividades profissionais desempenhadas pelos moradores da Bananeira estão relacionadas na tabela, o que associada aos dados do gráfico de escolaridade do Bairro nos fazem perceber as razões da baixa remuneração percebida na comunidade a qual está fortemente associada a pouca escolaridade.

Grande parte dos moradores da Bananeira vive de forma miserável, sendo os auxílios municipais, estaduais e federais a única fonte de recursos de numerosas

famílias as quais complementam as suas rendas realizando bicos ou biscates ou mesmo pedindo nas portas alimentos e dinheiro.

### **Nível de Qualidade de Vida dos Habitantes da Bananeira**

A favela da Bananeira é uma das localidades mais pobres da cidade de Itabuna, na favela moram pessoas vindas de todas as cidades que compõem a Região cacauzeira a qual enfrentou décadas de crise, desta forma a Bananeira foi e é a porta de entrada da cidade para os miseráveis da Região Sul da Bahia. Vindas de cidades arrasadas pelos anos de crise da monocultura do cacau. Desta forma, em função do elevado índice de desemprego observados nas décadas de 80 e 90 levou de pessoas vieram buscar em Itabuna oportunidade de melhoria de vida, o que para a maioria se mostrou uma busca infrutífera.

A origem dos moradores da Bananeira evidencia que os municípios que compõem a região cacauzeira foram os que mais contribuíram com o contingente populacional encontrado na favela, estes moradores vieram para Itabuna nos vários ciclos migratórios provocados pelas crises cíclicas da monocultura cacauzeira.

Outro fato que pode ser evidenciado é que a grande maioria dos indivíduos pesquisados já vivia na cidade de Itabuna, demonstrando que a crise da monocultura cacauzeira ocorreu em vários períodos distintos e com vários graus diferenciados de intensidade, vindo a ter seu auge em 1989 com a Vassoura de bruxa fator responsável pelo fim de aproximadamente 250.000 mil postos de trabalho na região do cacau o que provocou a saída de um grande contingente humano de várias cidades da região. Evidencia também o processo de atração de pessoas promovido pela instalação de fábricas e pelo fortalecimento do comércio e implantação de universidades em Itabuna.

Foi constatado que 53% dos moradores da Bananeira vieram do meio rural, essa massa de trabalhadores é oriunda das roças de cacau da região assoladas pela crise. Outros 47% declararam nunca ter trabalhado na lavoura de cacau, contudo estes declararam ser filhos ou netos de trabalhadores de roças de cacau o que reforça a idéia de que a região enfrentou crises cíclicas em vários períodos. Deste contingente de trabalhadores que se declararam ter trabalhado nas lavouras de cacau as porcentagens entre homens e mulheres se equivalem com 54,3% e 52,3% respectivamente. O

levantamento verificou que entre os mais velhos a incidência de trabalhadores rurais foi maior em detrimento dos mais jovens que se declararam trabalhar em funções urbanas.

Para os que se fixaram em Itabuna a alternativa de habitação mais barata ou mesmo a possibilidade de construir seu barraco com o auxílio de familiares e amigos na Bananeira, se mostrava mais vantajosa. Os terrenos não tinham valor comercial em decorrência da proximidade do rio e por ser acidentado, outro fator responsável por atrair pessoas para esta área foi a proximidade da favela com o centro da cidade e com a Br. 101, localização esta que torna fácil o deslocamento e a busca por trabalho.

Fatores como o valor de alugueis ou mesmo a possibilidade de construir um barraco próximo ao centro comercial e das fabricas e armazéns de cacau, contribuíram para que a favela tivesse o seu contingente populacional avolumado, fazendo com que na década de 1990 a favela abrigasse mais de 10.000 mil moradores, provocando problemas estruturais como a falta de espaço, conseqüentemente a má distribuição espacial das casas típicas em áreas sem planejamento, o que trouxe problemas de acúmulo de lixo, falta de água tratada na maioria das residências, esgotamento sanitário, fatores que somados, são responsáveis pelo aumento da incidência ratos, mosquitos, cobras e escorpiões que se proliferam nos quintais e nas barrancas do Rio Cachoeira.

A infestação de ratos na favela fez com que alguns moradores para protegerem as crianças menores no interior das residências evitando que estas fossem comidas pelas ratazanas, cimentassem as laterais dos telhados, o que não impede acidentes provocados por picadas de cobras e escorpiões.

O Bairro apresenta problemas de alagamento e inundação provocados pelo Rio Cachoeira, poeira por não ter suas ruas calçadas, deficiência na coleta de lixo, na iluminação pública e no acesso a água tratada e na rede de esgotamento sanitário a qual não é encontrada na maioria das casas. Quando perguntado aos moradores se em suas residências havia acesso à rede de água tratada na maioria das residências entrevistadas a resposta foi afirmativa, contudo quando a pergunta foi reformulada, perguntado aos moradores se eles faziam o uso da rede de água tratada no interior de sua residência para os afazeres domésticos e para higiene eles apontavam automaticamente para o cano na porta com a passagem de água interrompida por falta de pagamento o que se repetia com a eletricidade, problemas que eram equacionados com o uso clandestino do serviço, conhecido como gato entre os moradores.

A Bananeira não dispõe de mercados ou mercearias existindo apenas bares, três na rua principal e outro na travessa Santa Maria os quais, vendem somente bebidas alcoólicas e refrigerantes. Em algumas residências são vendidos salgadinhos industrializados de queijo, apesar da ausência de mercados e mercearias, os moradores contam com a opção de comprar verduras e frutas de ambulantes que passam nas portas vendendo estes produtos. A favela dispõe de dois salões de cabeleireiro, um funcionando em condições precárias não tendo piso com partes das paredes de madeira apresentando várias infiltrações; o outro na etapa de casas construídas pelo projeto Habitar Brasil, funciona em melhores condições em um dos cômodos das casas novas na terceira travessa da primeira etapa.

Outro problema enfrentado pela favela é relativo ao uso e venda de drogas, por ser uma ligação entre o centro da cidade e ao anel rodoviário o Bairro é utilizado como rota de entrada e dispersão por traficantes. Também é utilizado como rota de fuga e esconderijo, o consumo de bebidas alcoólicas pelos moradores também é comum, fator motivador para brigas e discussões entre vizinhos.

Quando questionado aos moradores se estes consideravam o Bairro violento, 53% afirmaram não achar o local violento, os entrevistados afirmaram que a violência que as pessoas da cidade atribuíam a Bananeira vinha de outros Bairros, eles o consideravam tranquilo, com tudo faziam questão de ressaltar que não saíam à noite de suas casas, 47% dos moradores afirmaram que a localidade é violenta e que temiam morar nesta localidade, ressaltando que a violência teria aumentado com a construção do conjunto habitacional próximo a favela, eles atribuem o aumento da violência à presença de moradores que não faziam parte da comunidade e que passaram a residir no Conjunto habitacional.

Quanto a segurança no Bairro e a presença e a atuação policial, 49% dos moradores considerou péssimo o serviços de segurança pública, 11% o consideraram ruim, 17% regular, 20% o consideraram bom e 3% o consideraram ótimo. Os moradores sempre cautelosos afirmavam que policia no Bairro só era vista quando vinha recolher os cadáveres que eram desovados nas encostas do Rio. Em caso de necessidade podia se pedir o auxilio policial via telefone mais que este não vinha.

Os questionamentos relativos à criminalidade e aos órgãos de segurança provocavam grande mal estar, as respostas eram dadas sempre em voz baixa ou mesmo

em código, mesmo assim somente era dada quando informado que não era necessário à identificação do entrevistado, apesar de 53,1% dos moradores afirmarem não achar a localidade violenta, o questionamento por si era responsável por deixar o entrevistado amedrontado e com receio de falar tanto da criminalidade quanto do policiamento, fator considerado de péssima qualidade para a maioria dos entrevistados.

Foi verificada na favela a presença de pessoas portando armas de fogo bem como o fácil acesso a compra destas armas. Na maioria dos casos onde se presenciou moradores portando armas, estas estavam em mãos de pessoas jovens do sexo masculino, os quais transitavam sem preocupação pelas ruas como também comentavam sobre a compra e venda destas armas sem receio de represálias policiais que na localidade em nenhum momento foi percebida.

Outro problema enfrentado pelos moradores relaciona-se a distância do posto de médico, como o local não dispõe de unidade de saúde os moradores tem que se deslocar ou para o posto do Bairro Odilon ou para o da Mangabinha. Para 38.5% dos entrevistados o atendimento e a qualidade dos serviços nas unidades de saúde é péssimo, para 5.2% ruim, 21% consideram regular, 29,8% consideram bom e 5,2% o consideram ótimo.

Os moradores da localidade recebem periodicamente a visita de agentes de saúde do município nas residências que fazem o acompanhamento nas residências. As principais doenças identificadas na comunidade estão relacionadas à proximidade com o rio, como doenças de pele, esquistossomose, alergias em decorrência da poeira das ruas e picadas de insetos, a dengue e as deficiências alimentares.

A fome é outro mal que atinge a população da Bananeira, encontrar pessoas famintas no interior das residências foi uma constante. Idosos e mulheres foram os segmentos onde o problema foi detectado com maior força, como a renda da população é mínima ou nenhuma, as pessoas que não estão cadastradas para receber auxílio do governo federal ou da prefeitura ficam dependendo da ajuda de particulares ou entidades filantrópicas, quando a ajuda não vem a família passa fome.

Foram detectadas na Bananeira pessoas vivendo de alimentos coletados em lixões, das sobras das residências de outros Bairros ou do lixo das feiras livres e mercados da cidade, entretanto estes foram fatos isolados.



Dos vários problemas existentes e apontados a fome, a prostituição, as drogas e o desemprego são os que mais afligem a comunidade. Cada um deles ligados ao outro pela extrema miséria enfrentada pela comunidade, meninas e meninos se prostituem para manterem as suas famílias e os vícios.

A gravidez na adolescência é outro complicador responsável por agravar ainda mais a miséria, o problema é apontado, pela direção da Escola Ação e Cidadania como mais um problema presente na Bananeira (Entrevista Coordenação Escola Ação e Cidadania, 2009).

### **O Processo de Urbanização: uma ação inacabada**

Foi a partir de estudos sobre a favela que se começou a pensar sistematicamente a questão da habitação no Brasil, contudo somente na década de 1960 que o assunto se firmou como objeto específico de reflexão. Neste período não só a favela era tida como o próprio reduto da habitacional da pobreza urbana como estava em voga nos meios acadêmicos e políticos a teoria da marginalidade social. Ligada ao surgimento e desenvolvimento de “bairros marginais”, a marginalidade urbana apresentava-se, em sua versão inicial enquanto uma problemática físico-ecológico era então sinônimo de favela, mocambo, barriada, ranchos etc.

Num segundo momento essa abordagem é superada: do habitat passa-se à maneira de viver e para uma situação de vida. Baixo nível de renda e educação, subemprego e desemprego, desorganização familiar, anomia, falta de participação social, traços os quais são associados a estes grupos (Kowarick, 1993, p.14).

As discursões, questões e enfoques sobre a favela teve seu espaço ampliado contudo, a associação entre marginalidade e precariedade soube subsistir a ponto de sustentar uma ideologia que teve e ainda tem vigência sob a forma de distintas políticas habitacionais que intendem a favela como um espaço marginal: sendo a marginalidade compreendida como algo a ser erradicado materialmente, um sintoma que tem por cura simples: remoção de favelas e a construção financiadas pelo governo de moradias adequadas de baixo custo (Perlman, 1977, p.138).

Ao longo do tempo definiram-se duas propostas de atuação em favelas: o desfavelamento ou remoção, implicando a transferência de moradores para outras áreas

e visando à extinção das favelas do espaço urbano, proposta que em Itabuna especificamente foi responsável por ampliar o número de favela; a urbanização das favelas, prevendo a permanência dos moradores na área e a introdução de melhorias substanciais na sua infraestrutura física. Ambas as propostas foram aplicadas na favela da Bananeira.

Em 2003, é iniciada a construção de 900 casas que viriam beneficiar 3.000 pessoas na favela da Bananeira. A primeira etapa de casas a serem construídas contaria com um total de 236 unidades que foram financiadas pelo programa Habitar Brasil/BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) em parceria formada entre os governos Estadual e Federal e que seria desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do município de Itabuna. As primeiras 100 unidades desta primeira etapa seriam entregues as famílias desabrigadas pelas enchentes do Cachoeira ocorridas em 2002 e que estavam alojadas a mais de seis meses no parque de Exposição Antônio Setenta vivendo de cestas básicas enviadas pela prefeitura a cada 15 dias.

As casas tiveram um custo médio de R\$ 18 mil, cada uma, e tiveram recursos repassados pela Caixa Econômica Federal a fundo perdido. O valor global do convênio firmado foi de 9,2 milhões e foi assinado pelo Prefeito Geraldo Simões e o superintendente regional da Caixa, Eduardo Aquino. Os moradores da Bananeira seriam transferidos para uma área próxima desapropriada nas imediações do aeroporto Tertuliano Guedes de Pinho entre o Bairro Lomanto e a Mangabinha num terreno de 180 mil metros quadrados (Jornal Agora de 06 a 12 de julho de 2002).

No projeto o Bairro contaria com creche, escola e unidade básica de saúde bem como quadras para esportes e áreas verdes. As margens do rio de onde seriam removidas as casas receberiam o plantio de árvores e os esgotos que nos primeiros levantamentos somavam 84% de esgotos não tratados e lançados no rio seriam canalizados e tratados por uma central construída nas proximidades.

Cada casa disporia de um quarto, cozinha, sala e área de serviço; na construção das unidades seriam utilizadas mão de obra dos moradores da favela, os quais seriam remunerados para construir suas próprias casas. O projeto implantado em um primeiro momento não contou com a participação da Associação de Moradores da Bananeira nos debates sobre a forma como seria implantado o projeto. Sendo que os representantes da associação concordaram apenas em parte com a realização do projeto

das casas em decorrência da não conclusão da análise de erosão do solo da área a ser construída, “nos deixando preocupados por poder haver desabamentos” (Robson Laranjeiras, Presidente da Associação de Moradores, entrevista realizada em 2009). Posteriormente às construções iniciais, a Associação vem a participar dos debates.

O projeto HB, (Habitar Brasil) em parceria com o BID (Banco Internacional de Desenvolvimento) financiou a construção de 236 casas da primeira etapa de urbanização do espaço para onde deveriam ser realocados os moradores da Bananeira, as quais tinham valor estimado em R\$ 5.104.766,03. Deste projeto cinco etapas foram construídas, sendo que 111 beneficiados foram atendidos no ano de 2005.

As casas concluídas foram entregues no final do mandato do prefeito Geraldo Simões sob duras críticas da oposição, a qual acusava o governo do PT de usar para fins eleitorais a entrega das casas outras 26 casas foram invadidas sem terem sido concluídas. Estas não contavam com água, luz e esgoto, mas foram ocupadas as pressas, pois os moradores cadastrados temiam mudanças na lista com uma possível derrota nas urnas da situação, totalizando 127 unidades entregues em 2005 “... eu também recebi o título do imóvel, mas a casa não tem telhado e permanece inacabada, não tem condições de morar”. (Ananias Francisco de Oliveira, 72 anos, Entrevista Jornal Agora 05 a 07 de março de 2005).

Passado o período eleitoral, e com a mudança de governo, as críticas e as acusações de fraudes na distribuição das casas aumentaram. Acusações contra moradores que haviam transferido a terceiros mediante o pagamento de uma taxa a partir de R\$ 1 mil. Os moradores relatam que muitos dos vendedores ocupam uma área nos fundos do conjunto habitacional construído pela Caixa na outra margem do rio em frente da favela da bananeira.

A principal irregularidade observada é que as famílias efetivamente cadastradas e justamente as mais carentes, foram as que não receberam os imóveis, ‘acredito que a escolha não obedeceu a nenhum critério técnico. Pelo que vejo, não obedeceram a nenhum critério, porque entregaram as moradias sem nenhuma condição de habitação e sem a conclusão das obras’. As ocupações recentes não foram autorizadas pelo atual governo e por isso elas deverão ser investigadas, embora cada invasor tenha em mãos um título de posse (Entrevista do Supervisor do Bairro Robson Laranjeira ao Jornal Agora em 05 a 07 de março de 2005).

Do montante orçado para a realização da primeira etapa 50% já teriam sido gastos, sendo que as casas não dispunham de energia elétrica, a rede de esgotamento não tinha sido concluída e era despejada em um córrego que desaguava no Rio Cachoeira.

A gestão do prefeito Fernando Gomes é iniciada assumindo o compromisso de concluir o projeto iniciado na gestão anterior. O novo governo propõe a revisão e a comparação do cadastro das famílias da Bananeira e das pessoas que efetivamente receberam o imóvel, o que causa inúmeras reclamações por parte de pessoas cadastradas que não receberam suas casas. Outras unidades voltariam a ser entregues, sendo 43 em 2007, 42 em 2008 e 24 famílias atendidas em 2009. O projeto passou por diversas paralisações em decorrência de greves dos trabalhadores, embargos da obra realizados por órgãos ambientais e por manobras políticas. Um novo projeto ficou responsável por construir mais 186 habitações para atender os moradores da área de risco da Bananeira o PRO MORADIA (CONDER), o qual não conseguiu remover em sua totalidade os moradores da beira do rio, desta forma havia a necessidade da criação de mais um projeto de remoção e relocação agora batizado de PRO Município o qual atenderia a 35 famílias.

Novamente os projetos enfrentaram problemas, com receio da invasão das unidades concluídas ou a serem concluídas por pessoas não cadastradas foram entregues seis unidades, sendo quatro a moradores da Bananeira e duas a famílias que entraram com ação judicial contra o município, as quais foram atendidas pela Secretaria de Desenvolvimento Social

Em 2008, um novo projeto é iniciado com previsão de atender a 560 famílias, as obras desta etapa do projeto URBIS, foram paralisadas por diversas vezes em decorrência do não cumprimento de normas ambientais, bem como de ações movidas na justiça pelo DERBA (Departamento de Estradas e Rodagens da Bahia) contra a prefeitura pela invasão e construção de casas sobre a pista do aeroporto, área pertencente ao Aeroclube e ao Governo do Estado desde 1957 quando foi doada pelo Coronel Tertuliano Guedes de Pinho para Francisco Assis, escritura registrada no 1º Ofício, no dia 24 de abril de 1958, o que provocou a interrupção e o abandono de 24 estruturas as quais posteriormente foram invadidas com o consentimento e o incentivo da Associação de Moradores.

As obras desta etapa foram embargadas por ordem judicial do Ministério Público, as quais não tem previsão para serem reiniciadas. Em 2009 o TCU (Tribunal de Contas da União) condena o então prefeito Fernando Gomes pela licitação dirigida que veio a beneficiar no projeto da construção das casas populares no loteamento Nova Bananeira. Os ministros do TCU concluíram que houve pelo menos 15 irregularidades no contrato entre a prefeitura de Itabuna e empresa Construções e Meio Ambiente Ltda. (CEEMA). (Jornal A Região, 14 de fevereiro de 2009).

Foram constatados pelo TCU superfaturamento na contratação dos serviços, ausência de parcelamento do objetivo licitado e falta de critérios de aceitabilidade de preços unitários no edital da concorrência 005/2006. Também houve exigência de índices contábeis para a qualificação econômica financeira restritos, e exigências para a capacitação técnica dos licitantes.

Foi denunciado superfaturamento nos serviços de instalação de canteiros de obras e terraplanagem, sendo pagos serviços de terraplanagem da área e pavimentação das ruas que estavam sendo abertas sobre as pistas do aeroporto. O projeto para a construção de casas populares no loteamento Nova Bananeira foi orçado em R\$10.237.500, dos quais R\$ 9.750.000 foram repassados pelo Ministério das Cidades.

Da proposta inicial de erradicar a favela da Bananeira resta apenas o projeto. As tentativas de urbanização da localidade e recuperação e revitalização das margens do rio Cachoeira não ocorreram. Os esgotos do conjunto habitacional ainda são despejados sem tratamento no rio, das 127 famílias instaladas na primeira etapa, cerca de oitenta já tinham mudado do conjunto, retornando para a Bananeira ou para outras localidades.

Grande parte da área de onde foram removidas as famílias voltou a ser ocupada pelos antigos moradores ou por novos que encontraram os terrenos desocupados. Muitos destes moradores vieram em busca da oportunidade de receberem casas no conjunto, outros já contemplados com casas, alugavam as casas no conjunto e retornavam a favela; desta forma garantiam uma renda e novamente tinham a possibilidade de um novo cadastramento para uma nova casa.

## Conclusão

Este trabalho intitulado Análise do Processo de favelização na Cidade de Itabuna e suas implicações na qualidade de vida e nas relações sociais: o caso do Bairro Bananeira teve como objetivo principal verificar o processo de favelização ocorrido na cidade de Itabuna, tendo como modelo o Bairro da Bananeira entre 1980 e 2008. No intuito de apreender os principais problemas socioeconômicos desencadeado pelas crises cíclicas da lavoura cacaueteira, sobretudo em seu período mais agudo iniciado em 1989, o qual teve repercussão nas décadas seguintes, bem como a sua influencia no processo de formação de áreas faveladas no sítio urbano itabunense.

Neste sentido buscou-se analisar as características do processo de crescimento territorial e populacional da cidade de Itabuna; Mapear a favela local; Avaliar se existiu influencia da crise na lavoura cacaueteira no processo de favelização de Itabuna; Identificar ações públicas referentes às áreas faveladas; Avaliar a relação entre o déficit habitacional e o aparecimento da favela da Bananeira; Identificar o momento e os motivos do aparecimento da Bananeira em Itabuna; Identificar os problemas sócio-espaciais da Bananeira.

Os estudos apontaram que o processo de favelização na cidade de Itabuna é anterior à década de 1980, período de maior agudeza da crise na monocultura cacaueteira, provocada pela doença conhecida como vassoura-de-bruxa, a qual provocou quebras sucessivas na produção da lavoura, fazendo com que mais de 250.000 pessoas em toda a região perdessem seus empregos.

Demonstrou-se que o processo de atração promovido pelo crescimento urbano das duas principais cidades da região cacaueteira, Itabuna e Ilhéus, e o processo de não fixação do trabalhador nas roças em decorrência das crises sucessivas foram fatores decisivos no processo de formação de áreas urbanas faveladas, sobretudo, em decorrência da busca por moradia barata pela população mais humilde.

Desta forma, ficou evidenciado que o processo de favelização observado nas grandes e médias cidades brasileiras também se processou em Itabuna, sobretudo nas décadas finais do século XX, propiciando o crescimento de espaços periféricos de baixa renda onde se instalaram favelas e Bairros auto construídos.

Ficou evidenciado também que a monocultura cacaueteira foi responsável direta pela atração de um grande volume de pessoas para esta região. Desta forma, também se evidenciou que desde as décadas de 1920 e 1930, período de consolidação e expansão da lavoura como principal produto regional e de grande importância para o Estado da Bahia até a década de 1970, quando a lavoura perde seu espaço de destaque para o setor petroquímico, mergulhando nas décadas seguintes em períodos de crises menos espaçadas e mais agudas em que a monocultura do cacau não conseguiu fixar o trabalhador nas roças; isto em decorrências dos vários momentos de oscilações e crises no comércio do cacau, fator este responsável de forma direta nesta região pela dispersão destes trabalhadores que migraram em busca de melhores condições em outros Estados ou nos dois polos de crescimento da região Itabuna e Ilhéus.

Os resultados da pesquisa de campo, representados pelos dados contidos nos quadros, figuras, gráficos e fotografias revelam as condições caóticas vividas pela população de baixa renda itabunense, sobretudo, os problemas gerados pelo crescimento rápido e desordenado. Revela ainda as raízes históricas do aparecimento de espaços favelados da cidade visualizados através dos problemas socioeconômicos da Favela da Bananeira os quais confirmam a condição de miséria vivido em um dos espaços de ocupação de baixa renda mais antigos do sítio urbano de Itabuna.

Os levantamentos apontaram para um quadro de pobreza gritante, demonstrando a lentidão e ineficácia na resolução do problema favela existente em Itabuna pelos órgãos competentes, os quais tentam promover desde o ano de 2000 a reestruturação e remoção da população da favela ribeirinha da Bananeira; processo ocorrido de forma lenta e ineficiente o qual nos seus dez anos de implantação não conseguiu remanejar por completo a favela existente, promovendo o esfacelamento das relações sócias de vizinhança, destruindo espaços religiosos, histórias de vidas e o mais grave não conseguindo fazer com que o morador da favela permaneça nas áreas urbanizadas ou semi-urbanizadas.

A favela da Bananeira reflete o cenário de miséria e carência vivido por seus moradores caracterizados na precariedade dos equipamentos urbanos básicos, na insalubridade, no alto índice de desemprego, na precariedade das moradias e no baixo índice de escolaridade, fatores que delinham e definem o nível de qualidade de vida de uma população miserável.

Ficou constatada a ausência efetiva na favela do poder público, o qual se faz presente com ações assistencialistas e demagógicas. Verificou-se que o processo de construção das habitações do loteamento Nova Bananeira foi demorado, não atendendo totalmente as necessidades dos moradores. Ainda foi constatado que grande número de moradores instalados no conjunto habitacional não permaneceu nas novas casas, tendo retornado as áreas anteriores ou mesmo migrado para áreas na outra margem do rio, o que vem a descaracterizar os objetivos de remanejamento da população ribeirinha e a revitalização do rio, ações as quais ficam com matizes mais coloridas e vibrantes apenas no papel.

Sendo assim fica evidenciado que o poder público municipal itabunense desempenhou papel preponderante na produção de espaços favelados em decorrência da inexistência de políticas públicas que atuassem objetivando resolver o problema de forma eficaz. Quando esta atuação foi percebida, se mostrou ineficiente em decorrência da morosidade, ou mesmo em decorrência de ações equivocadas, as quais, na tentativa de fazer as mudanças de forma rápida, falhavam pelo não planejamento do processo, não mensurando os reflexos das ações produzidas, as quais, na maioria das vezes, foram responsáveis por promover o aparecimento de novas áreas faveladas.

Levantamentos da prefeitura municipal apontam a existência de 43 áreas subnormais com um total de 3.960 unidades habitacionais em situação de risco, de um universo de 15.006 unidades habitacionais levantadas em favelas, loteamentos irregulares e loteamentos clandestinos da cidade. Tomando como base de cálculo quatro moradores por residência, teremos aproximadamente 60.000 pessoas vivendo nestas localidades.

Desta forma fica evidenciado que o processo de favelização em Itabuna ocorreu em vários momentos, tendo seu ponto culminante na década de 1980, sendo seus vetores as crises da cacauicultura, e a má distribuição das riquezas auferidas com esta cultura; que a favela da Bananeira caracteriza-se como sendo um dos espaços de ocupação mais antigas de Itabuna, a qual sofreu ao longo dos anos com um processo de desvalorização de seus espaços, o que veio a possibilitar a sua ocupação por populações de baixa renda.

Portanto, solucionar o problema do espaço favelado é dificultado por fatores como: a falta de regulamentação do solo urbano, a dificuldade de acesso ao solo urbano



face ao elevado preço da terra, os desequilíbrios resultantes do processo de modernização, o crescimento físico e demográfico sem um aumento paralelo da oferta de empregos e serviços entre outros. Assim, a solução da problemática da favela esta intimamente ligada a soluções que venham a equacionar e equalizar os graves problemas gerados pela má distribuição dos recursos pela sociedade. A solução dessa problemática passa pela atuação de forma coordenada e rápida do poder publico e de entidades da sociedade civil, com ações em setores deficitários como educação, segurança, emprego, moradia e lazer; dessa forma espaços como o da Bananeira podem vir a ter condições de melhoria em suas estruturas físicas e sociais.

#### REFERÊNCIAS

FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. PARAISO. Caminhos ao Encontro do Mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul- Ilhéus, 1534-1940/ Antônio Fernando Guerreiro de Freitas. Maria Hilda Barqueiro Paraíso. Ilhéus: Editus, 2001.

IBGE, Censo Demográfico 2000.

GIUDICE, D. S.; SOUZA, R. C. A.O processo recente de favelização em Salvador: o exemplo do Calabar. Revista de Desenvolvimento Econômico, ano II, nº 3. Salvador, 2000.

Jornal A Região, segunda feira, 04 de janeiro de 1988, Itabuna-Ba

jornal A região em 19 de setembro de 1988, pag. 05.

Jornal Agora, coluna livre, ano XXVII, nº 2.586 de 06 a 08 de janeiro de 2009.

PARAISO, Maria Hilda Barqueiro. Caminhos de Ir e Vir e Caminhos sem Volta: Índios, Estradas e Rios no Sul da Bahia. Salvador, 1982. dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia, Universidade Federal da Bahia, 1982.

RIBEIRO, André Luiz Rosa. Família, Poder e Mito: o município de São Jorge de Ilhéus (1880-1912) – Ilhéus: Editus, 2001.

ROCHA, L.B. O centro da cidade de Itabuna: trajetória, signos e significados. Ilhéus: Editus, 2003.

ROLINK, Raquel. O que é a cidade. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

VALLADARES, L. P. Passa-se uma casa: uma análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1980.